

MOVIMENTO PLATAFORMA ZERO

BASTA DA POLÍTICA DE ADOECIMENTO E MORTE

*E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Morreu na contramão atrapalhando o trâego*

(Chico Buarque)

Temos consistentemente denunciado a farsa de que o estado do Paraná tem a melhor educação do Brasil. Essa política, além de falsear indicadores, pressionar pela utilização de plataforma e alcance de índices, tem gerado o adoecimento e agora a morte. No dia 25 de maio, a professora Silvaneide Monteiro Andrade morreu, vítima de um infarto, dentro do Colégio Estadual Cívico-Militar Jayme Canet, em Curitiba, ao ser cobrada por representantes da Seed pelos índices de acesso às plataformas on-line, segundo relatos de educadores(as) que estavam na instituição. Dias depois, no dia 5 de junho, a professora Rosane Maria Bobato morreu no ambiente escolar. Antes de morrer, a professora Rosane havia publicado em suas redes sociais um vídeo em que denunciava a forma como as políticas educacionais adoecem e matam. Em meados de maio, antes das mortes ocorridas nas escolas, um professor de história se viu obrigado a assistir ao curso Formadores em Ação do leito hospitalar, isso porque há a exigência de 100% de presença e a Seed não aceita atestado médico como justificativa de ausência; sem o Formadores, ocorre uma punição na classificação de distribuição de aulas.

Os casos expõem, de forma dramática, a atual política educacional do governador Ratinho Jr e do secretário Roni Miranda. A exigência, que se transforma em assédio e em coação, para que as escolas e seus(suas) trabalhadores(as) consigam atingir metas e indicadores cujo objetivo é um melhor ranqueamento no Ideb. Essa política tem levado ao adoecimento pelo esgotamento físico e mental dos(as) trabalhadores(as) da educação. Para o governo, o sofrimento e o adoecimento estão normalizados e fazem parte do custo aceitável que se justifica diante do resultado e da produtividade.

Estatisticamente, as profissões ligadas à educação são as que mais apresentam distúrbios relacionados à saúde mental no serviço público do Paraná. Segundo dados da Seap, em 2024, foram mais de 10 mil afastamentos por conta de transtornos mentais e comportamentais. Pesquisa realizada pela APP no ano de 2023, demonstrou que 73% dos(as) professores(as) pesquisados(as) sentem-se obrigados(as) a usar as plataformas e 43% percebem-se coagidos(as) e assediados(as) a utilizá-las. A pesquisa não deixa dúvidas de que este processo adoecce ao aferir que 74,3% consideram que o uso das plataformas afetou sua saúde; e 78,3% diz conhecer colegas que adoecem pelo uso intensivo de plataformas.

Como se produz o adoecimento entre os(as) professores(as) e os(as) funcionários(as) da Educação

- Pela obrigatoriedade e cumprimento de metas no uso das plataformas;
- Pela vigilância gerencial e assediadora do Power BI;
- Ao ser punido(a) pelo direito ao afastamento médico para os cuidados de saúde, bem como o que ocorre com a classificação por distribuição de aulas ou com o curso Formadores em Ação em que se tem que cumprir 100% da carga horária;
- Pelo assédio institucional de tutores(as) e embaixadores(as) no cumprimento das metas;
- Pela política de metas que coagem os(as) professores(as) a alterar as notas, atribuir presença para estudantes ausentes, ou então ao alterar o RCO sem o consentimento docente; aprovar em massa pelo Se Liga e a treinar os(as) estudantes para avaliações externas (Saeb, Prova PR e PR+); isso tudo visando alcançar melhores índices no Ideb. Quando não cumprido o que se determina, os(as) professores(as) são obrigados(as) a assinar atas punitivas e podem sofrer um PAD;

- Pelas formas como os(as) pedagogos(as) estão submetidos(as) à alteração do seu trabalho para atender e vigiar as plataformas de metas e resultados;
- Pelas legislações que obrigam as direções o cumprimento de metas e observação das aulas;
- Pela redução do porte das escolas e terceirizações dos(as) agentes educacionais que tem aumentado a carga de trabalho dos(as) funcionários(as).

Chega dessa Política de Morte!
Nosso trabalho tem valor e nossa vida não tem preço!

A política educacional do governador e do secretário, rouba dos(as) educadores(as) os direitos que historicamente foram sendo conquistados. Isso tudo para alimentar a lógica neoliberal que orienta as políticas educacionais no estado. Não paga o que deve do Piso Nacional na carreira, a data-base devida a todos(as) servidores(as) e conduz uma política de reajuste aos(as) aposentados(as) de forma diferenciada entre aqueles(as) com e sem paridade. E agora, de forma nefasta, produz o adoecimento e a morte. Exigimos o fim desta política.

Exigimos autonomia na organização e metodologia das aulas. Direção e equipe pedagógica devem estar orientados(as) para a organização dos aspectos pedagógicos da escola, e não como tabuladores(as) e recenseadores(as) do uso de plataformas. Não aceitaremos mais a intervenção de embaixadores(as) e tutores(as) nas salas de aulas e nas escolas. Exigimos que se cumpra a gestão democrática escolar, entendida como diametralmente oposta à gestão empresarial. Queremos funcionários(as) concursados(as) que criam vínculos e assumam uma função pedagógica no ambiente escolar. Queremos ter condições dignas e humanas de cuidar da saúde, o que parece um absurdo, mas a atual política educacional nega este direito e pune a cada falta que se tem para o cuidado com a saúde.

Chega da obrigação de usar plataformas e do assédio promovido pela Seed, pelos NREs e pelos(as) embaixadores(as) e tutores(as) pelo seu uso. **DAQUI ATÉ O FINAL DESTE GOVERNO, SERÁ PLATAFORMA ZERO TODOS OS DIAS.** Exigimos o fim da política de metas, de ranqueamento, de bonificação e responsabilização. Cansamos de ser obrigados(as) a falsear a presença de estudantes faltosos(as), ou de aprová-los(as) sem as mínimas condições de aprendizagem. Que a métrica utilizada para a aprendizagem não seja o Ideb e suas provas de treinamento, mas sim a avaliação constante e sistemática, que respeite as especificidades de cada escola e de cada educando(a). Não é mais possível aceitar a fraude que o governo produz para chegar ao Ideb. Aliás, em tempo, é preciso questionar o próprio Ideb como um indicador da qualidade educacional. Exigimos um modelo de saúde que humanize, acolha e trate das condições físicas, mentais e emocionais e que, ao utilizar o sistema de saúde e caso se verificar a necessidade de afastamento, não haja punição, como se verifica hoje, com a perda de classificação na distribuição de aulas, por exemplo. A desumana política de atendimento à saúde dos(as) servidores(as) no estado do Paraná e a ausência de suporte psicológico, demonstram que as vidas dos(as) educadores(as) não são prioritárias.

O engendramento dessas políticas, das quais nos insurgimos e exigimos o fim, é uma forma de violência estrutural que demonstra como a economia, o mercado e o governo paranaense podem negligenciar ou sacrificar vidas em nome da produtividade para se alcançar a melhoria no Ideb do Paraná e vender este indicador para o Brasil inteiro. Explora-se de forma silenciosa a morte simbólica dos(as) sujeitos(as) ou, de forma real, tem levado ao suicídio ou à morte por diferentes doenças como o AVC ou ataque cardíaco, ou ainda, são responsáveis por doenças como a pressão alta e o diabetes. As formas reais de morte, como a que ocorreu com a professora Silvaneide em pleno horário de trabalho, na escola e quando cobrada para o cumprimento de metas, representam o extremo e a barbárie que politicamente são produzidos pelo governo Ratinho Jr. e Roni Miranda.

Que nosso luto seja luta!

Direção Estadual da APP-Sindicato
 Curitiba, 12 de junho de 2025



MEU TRABALHO TEM VALOR **MINHA VIDA NÃO TEM PREÇO**